



A LEI 10.639/03 NO CONTEXTO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

Karine Borges Cariello

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO

karinecariello@gmail.com

Resumo

Desde 2003 o Brasil vem passando por inúmeras mudanças de cunho político-social e no ambiente escolar não foi diferente. A primeira lei assinada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 10.639/03 deixa claro esse viés de reparação social empregado na política do novo governo. Nessa mesma esteira, em 2010, o mesmo presidente promulga outra lei muito importante para o ambiente escolar e social: a Lei 12.244/10, que prevê a universalização das bibliotecas escolares na rede de ensino do Brasil. Este trabalho, de forma geral, pretende evidenciar os avanços sociais previstos pela Lei 12.244/10 como contribuição para a implementação da Lei 10.639/03. Para isso se buscou contextualizar, através da análise das publicações disponíveis, a invisibilidade do bibliotecário escolar no cenário educacional brasileiro; bem como perceber algumas mudanças já ocorridas com a promulgação da Lei 12.244/10 no tocante à existência e organização de bibliotecas escolares na rede de ensino brasileira. Por fim, observou-se em que medida a promulgação da Lei 12.244/10 e o papel do bibliotecário escolar podem contribuir na implementação da Lei 10.639/03.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, Lei 12.244/10, bibliotecas escolares, diversidade cultural, informação.

INTRODUÇÃO

Toda luta por reconhecimento, principalmente no âmbito das lutas sociais, ganha força quando amparada por dispositivos legais. Por isso, que este esforço acadêmico visa chamar a atenção para dois dispositivos legais que prometem, e que já deveriam estar causando, significativas mudanças benéficas ao meio educacional: são as leis 10.639/03 e 12.244/10.

Ao longo da graduação em biblioteconomia, impulsionada por pesquisas necessárias aos trabalhos acadêmicos bem como experiência profissional no ramo editorial voltado à educação, foi possível perceber e questionar os dispositivos legais acima mencionados, tais questionamentos trouxeram leituras e indagações suficientes para impulsionar um projeto de pesquisa de conclusão de curso, que no momento da submissão deste artigo encontra-se em andamento com defesa prevista para o segundo semestre de 2016.

Assim, pretende-se, de forma geral, perceber, evidenciar os avanços sociais previstos pela Lei 12.244/10 como contribuição para a implementação da Lei 10.639/03. Para tanto se



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

buscou contextualizar, através das publicações disponíveis, a invisibilidade do bibliotecário escolar no cenário educacional brasileiro; bem como perceber algumas mudanças já ocorridas com a promulgação da Lei 12.244/10 no tocante à existência e organização de bibliotecas escolares. Por fim, discorreu-se sobre as possibilidades trazidas pela promulgação da Lei 12.244/10 e o papel do bibliotecário escolar como contribuição na implementação da Lei 10.639/03.

METODOLOGIA

Entende-se que esta pesquisa se divide em duas etapas: primeira através de levantamento de fontes, dados, leituras de trabalhos acadêmicos e científicos relacionados às leis, aos sujeitos e objetos, e envolvidos na pesquisa. Segunda etapa elaboração e aplicação de questionário direcionado aos profissionais diretamente atingidos pelas mudanças advindas da efetivação das duas leis mencionadas, principalmente bibliotecários e professores.

Esta pesquisa tem caráter descritivo e adota como procedimento metodológico, na execução da primeira parte, a pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir da consulta de estudos e relatos de pesquisa de âmbito nacional, disponíveis em formato eletrônico e armazenados em bases de dados e periódicos científicos. Entre as fontes consultadas estão a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar, periódico Ciência da Informação, entre outras plataformas como portal CAPES, Scielo, Rede Sophia.

Acredita-se que a classe bibliotecária, assim como muitos outros segmentos da sociedade, são conscientes da importância da biblioteca escolar, contudo a realidade brasileira mostra que ainda há muito a se fazer para garantir sua existência e manutenção nas escolas, justamente por isso, que a segunda parte desta pesquisa vislumbra a elaboração e distribuição de um questionário direcionado aos profissionais bibliotecários e profissionais da educação com o intuito de mensurar o impacto das duas leis na atuação destes profissionais. Contudo, os resultados desta segunda parte da pesquisa ainda não constam neste artigo, haja vista a mesma estar em andamento.

Discussões acerca das Leis 10.639/03 e 12.244/10

Diante da leitura do material pesquisado na elaboração da primeira parte desta pesquisa, percebeu-se que a Lei 10.639/03, primeira Lei promulgada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, representou, em 2003, uma vitória nas batalhas que estão sendo travadas a décadas pelos militantes dos movimentos negros, principalmente. Esta Lei, composta de 2 artigos “Altera a Lei no 9.394, de 20 de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino fundamental e médio, a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências”¹.

Em vigor desde o ano de 2003, a Lei foi fortalecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana², com parecer assinado em 2004, e caminha, mesmo que lentamente, no sentido da efetiva implementação no ambiente escolar:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros.

Tais diretrizes estão contidas em documento oficial elaborado, redigido, posto em apreciação pública e finalmente aprovado para que sirva de base de consulta a todo e qualquer cidadão, principalmente aos profissionais da educação, que estejam diante de qualquer demanda referente às políticas de ação afirmativa a serem promovidas em atendimentos às necessidades da população afrodescendente em ambiente escolar ou fora dele.

No entanto, o que se percebe é a grande dificuldade que tanto os movimentos negros, quanto educadores de forma geral, enfrentam para fazer valer de fato os efeitos da Lei 10.639/03 nos espaços escolares, sendo que os motivos para tal dificuldade variam e não são poucos:

Em 2003³, foi aprovada uma lei (Lei 10.639/03) que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana do ensino fundamental até o médio, o que até hoje não foi efetivado. As editoras ainda não mudaram o conteúdo do material didático e a formação de professores ainda é problema⁴.

Assim, os artigos, trabalhos científicos e acadêmicos de maneira geral evidenciam problemas sérios na implementação da Lei 10.639/03, o que nos faz refletir sobre o papel do bibliotecários escolar no contexto das últimas décadas de avanços sociais. Já que, também por

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acessado em 03/10/2015.

² BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. 10.03.2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acessado em 01/03/2016.

³ Correção nossa, pois no texto original lido pela repórter Idhelene Macedo, na Rádio Câmara, no dia 15/03/2016, aparece o ano de 2013.

⁴ MACEDO, Idhelene. Reportagem adaptada.

Íntegra: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/505330-ESCOLAS-PODEM-SER-OBRIGADAS-A-ENSINAR-CULTURA-DOS-POVOS-TRADICIONAIS.html>. Acessado em 15/03/2016.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

conta de outra legislação específica, e que afeta o ambiente escolar, percebeu-se que os espaços das bibliotecas escolares vêm crescendo nos últimos anos, tanto em número de estabelecimentos quanto no reconhecimento acerca do papel dos bibliotecários dentro das escolas, assim evidenciam os estudos que versam sobre o assunto e que vêm sendo produzidos no bojo da promulgação da Lei n.º 12.244/2010:

As bibliotecas escolares têm sido o foco de muitas discussões levantadas pela sociedade civil e pelo Estado. Desde a promulgação da Lei n.º 12.244, de 24 de maio de 2010 (BRASIL, 2010), que trata da universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino, percebe-se um aumento das produções científicas sobre assuntos que envolvem esses espaços⁵. (VALDEZ, 2015, p. 13)

É importante observar que a luta pela presença de bibliotecas, geridas por bibliotecários, no ambiente escolar é antiga e marcada por realidade de longos anos de descaso:

Escrever sobre a biblioteca escolar brasileira é tocar numa das maiores deficiências do nosso aparelho escolar. Desde os colégios jesuítas – nossa primeira experiência de educação formal – até os dias atuais, muito pouco se fez em relação à biblioteca escolar. Podemos afirmar que, no Brasil, a rigor, quase tudo está por fazer nesse campo. (SILVA, 2003. p.46)

Quando em 2003 o autor relatava os baixos índices de presença de bibliotecas nas unidades de ensino do Brasil e ainda observava a baixa qualidade no atendimento devido a ausência do profissional bibliotecário nas escolas, é que se avolumavam as pressões e movimentos de classe para que de fato a biblioteca escolar deixasse de ser sinônimo de miséria em nosso país, paralelo a isso a Lei 10.639/03 gerava mudanças cruciais nas Diretrizes e Bases da Educação.

Foi então que no final de alguns anos de luta vê-se promulgada a Lei 12.244/10 que prevê a presença do profissional bibliotecário em todas as unidades escolares do Brasil até 2020, vitória esta, também ainda incompleta e tão antiga quando outras demandas dos movimentos sociais, já que há décadas se questionam o estado de percepção, de visibilidade dada às bibliotecas escolares quando, em 1983, Edson Nery da Fonseca, em solenidade de abertura do Seminário Nacional sobre Bibliotecas Escolares⁶ alertava para a “crise da

⁵ VALDEZ, Tatyane Christina Gonçalves Ferreira. COMUNIDADES DE PRÁTICA ONLINE PARA AS BIBLIOTECAS DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO DAS IFES: UM ESPAÇO DE DISCUSSÃO SOBRE A MEDIAÇÃO DA LEITURA E DA INFORMAÇÃO. Tese mestrado. UNIRIO 2015

⁶ Para ler na íntegra a fala desta abertura ver: FONSECA, E.N. **A biblioteca escolar e a crise da educação**. São Paulo: Pioneira, 1983. (Manuais de estudo).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

educação” e como o perfil de invisibilidade das bibliotecas e do bibliotecário dentro do universo escolar estava contribuindo para a “morte” de ambos:

Assim, as bibliotecas escolares deixam de ser estudadas no Brasil porque não existem e, por não existirem, cai sobre elas o silêncio, como diria Hamlet – “the rest is silence”, grita ele antes de morrer – ou, pelo menos, aquela sombra T. S. Eliot via insinuar-se entre o que pensamos e o que fazemos: Between the idea and the reality, between the motion and act, falls the shadow. (FONSECA, 1983, p.4)

Falas como essa reverberam em vários meios contribuindo para retirar a biblioteca escolar do quadro de “doentes terminais”, já que a obrigatoriedade de bibliotecário habilitado atuando nas escolas públicas e privadas do país deve refletir com muitos benefícios no contexto das necessidades escolares, como é o caso das demandas informacionais geradas pela Lei 10.639/03, que dependem de seleção, organização e disseminação eficaz da informação, para tanto as estatísticas são animadoras, conforme apresenta a Fig.1 e as demais em seguida:

Bibliotecas na educação básica

	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Total de estabelecimentos	207.234	208	33.718	137.793	35.515
Estabelecimentos com biblioteca	48.479	187	15.123	15.620	17.549
% de estabelecimentos com biblioteca	23,39	89,90	44,85	11,33	49,41

Fonte: MEC/Inep – Censo Escolar 2005

Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar 2005

62 Biblioteca escolar, eis a questão!

Fonte: Maroto, Lúcia Helena. Biblioteca escolar, eis a questão!: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p.62.

Estas estatísticas nos apresentam um total de estabelecimentos escolares de todas as esferas públicas somado dos estabelecimentos particulares, no Brasil de 2005, em que apenas 23% deles possuíam bibliotecas, confirmando a miséria da biblioteca escolar apontada pela obra de Waldeck Carneiro da Silva, anteriormente

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

citada. Mas o que se quer chamar a atenção é para o crescente aumento da porcentagem de estabelecimentos escolares no Brasil e que possuem bibliotecas ou salas de leitura como observado nas estatísticas disponíveis em anos posteriores, conforme Fig. 2:

Número de Escolas, Matrículas e Percentual de Matrículas e Escolas Atendidas segundo a Infraestrutura das Escolas - Ensino Fundamental Regular Brasil - 2010

Infraestrutura	Ensino Fundamental Regular							
	Anos Iniciais				Anos Finais			
	Escolas	Matrículas	% Escolas Atendidas	% Matrículas Atendidas	Escolas	Matrículas	% Escolas Atendidas	% Matrículas Atendidas
Quadra de Esporte	36.557	8.461.854	27,1	50,5	34.597	10.160.311	55,3	71,3
Biblioteca	42.029	8.385.213	31,2	50,0	36.417	9.198.575	58,2	64,6
Laboratório de Ciências	10.585	2.237.862	7,9	13,4	14.781	4.638.376	23,6	32,6
Laboratório de Informática	44.766	10.127.515	33,2	60,4	41.981	11.831.835	67,1	83,0
Acesso à Internet	53.881	11.999.091	40,0	71,6	43.459	12.236.951	69,5	85,9
Dependências e vias adequadas	16.829	3.947.111	12,5	23,6	14.542	4.208.004	23,2	29,5

Fonte: MEC/Inep/DEED

O tratamento de dados das estatísticas de 2010 difere um pouco daquele feito em 2005 pelo mesmo órgão governamental, como se pode observar nas figuras 1 e 2, mas fazendo análises comparativas focando porcentagens, percebe-se que 5 anos depois, ou seja, entre os anos de 2005 e 2010 a porcentagem de estabelecimentos de Ensino Fundamental atendidos por Bibliotecas cresceu consideravelmente.

Em cinco anos, sentimos crescer o número de bibliotecas ou salas de leitura nos estabelecimentos escolares de ensino fundamental em mais de 20%. Neste caminho é que as leis foram sendo elaboradas, os movimentos sociais e de classe foram desenvolvendo suas batalhas e colhendo as conquistas, principalmente quando buscamos as estatísticas mais atuais acerca da presença de bibliotecas escolares no Brasil, conforme a Fig. 3:

➡ Ensino Fundamental – Rede Pública – Número de Escolas e Matrículas por Região, segundo os Recursos Disponíveis na Escola – Brasil – 2013

Região Geográfica	Escolas						Matrícula					
	Total	Recurso disponível (%)					Total	Recurso disponível na escola (%)				
		Biblioteca ou Sala de leitura	Acesso à Internet	Laboratório de informática	Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Quadra de Esportes		Biblioteca ou Sala de leitura	Acesso à Internet	Laboratório de informática	Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Quadra de Esportes
Brasil	118.914	43,9	47,6	50,3	19,4	32,1	24.694.440	75,7	82,3	80,6	36,8	61,4
Norte	19.568	24,5	22,1	26,3	9,0	14,0	2.951.996	64,2	62,9	65,5	27,4	44,7
Nordeste	52.150	27,1	29,5	36,2	13,2	12,7	7.456.778	60,0	66,5	68,8	31,8	32,6
Sudeste	27.450	69,7	75,7	72,7	27,2	60,4	9.144.713	86,9	94,0	88,7	36,9	80,9
Sul	13.959	76,3	82,2	80,4	33,7	66,1	3.321.009	90,7	96,2	93,3	47,7	83,2
Centro-Oeste	5.787	61,5	80,2	78,7	39,6	52,8	1.819.944	75,6	93,9	90,1	52,5	68,5

Fonte: MEC/Inep/Deed.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O Inep, em 2013 também tratou os resultados das pesquisas de forma diferente do tratamento dado em 2005 e 2010, assim, mais uma vez focamos nossas observações nos resultados em porcentagem, para que possamos perceber o crescente número de bibliotecas escolares e salas de leituras presentes nas unidades educacionais de ensino fundamental no Brasil, conforme Fig. 4:

⇒ Ensino Fundamental – Rede Privada – Número de Escolas e Matrículas por Região, segundo os Recursos Disponíveis na Escola – Brasil – 2013

Região Geográfica	Escolas						Matrícula					
	Total	Recurso disponível (%)					Total	Recurso disponível na escola (%)				
		Biblioteca ou Sala de leitura	Acesso à Internet	Laboratório de informática	Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Quadra de Esportes		Biblioteca ou Sala de leitura	Acesso à Internet	Laboratório de informática	Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Quadra de Esportes
Brasil	22.346	84,4	92,0	57,1	34,4	57,2	4.374.841	90,7	96,8	75,6	44,3	77,7
Norte	1.180	80,4	90,7	46,9	40,3	54,2	243.065	89,9	97,3	66,5	57,1	76,7
Nordeste	8.483	82,9	86,5	39,6	35,1	37,2	1.371.060	90,7	94,4	61,2	48,1	61,2
Sudeste	9.469	82,5	95,1	68,0	23,4	68,6	1.982.713	87,8	97,3	82,6	29,1	84,2
Sul	1.646	97,4	99,0	80,0	59,2	86,1	423.340	99,1	99,5	90,0	70,1	94,6
Centro-Oeste	1.568	94,1	96,9	69,4	66,0	69,1	354.663	97,2	99,1	81,5	75,2	85,5

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Observando as figuras 3 e 4, representando as estatísticas de 2013, separadamente para escolas públicas e privadas, percebe-se que se aproxima 80% o número de alunos, matriculados no ensino fundamental, que são atendidos por bibliotecas ou salas de leitura. Interessante perceber que na rede privada, com menor número de unidades educacionais no mesmo nível escolar, mas com porcentagem maior de presença de bibliotecas ou salas de leitura, sobe para pouco mais de 90%.

Números bastante significativos, comparados ao ano de 2005 e que revelam que de fato as políticas públicas estão contribuindo para a mudança do quadro de invisibilidade das bibliotecas escolares existente nos últimos anos do século XX.

Neste contexto de luta e desenvolvimento é que as bibliotecas escolares e o fazer do bibliotecário escolar é voltado para o atendimento das necessidades informacionais dos usuários. Assim é que a biblioteca escolar deve ser apontada como instrumento de novas possibilidades diante do surgimento das demandas geradas pela Lei 10.639/03, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de coleções, atendimento de referência e atenção aos usuários, na medida em que surgem cada vez mais novas produções nos mais variados campos como literatura, cinema, arte visual que fazem parte do acervo de uma biblioteca e que parecem tornar-se um volume informacional grande demais e distante da realidade dos professores.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Percebeu-se que o fortalecimento do profissional bibliotecário dentro do ambiente escolar também é favorecido, segundo as publicações pesquisadas, pelo crescente aumento do interesse acadêmico acerca dessa recém “reabilitada”, a biblioteca escolar, como observa o estudo de Campello et all, em que divulga um panorama da produção científica acerca de temas relacionados à biblioteca escolar:

A análise dos trabalhos identificados traçou um panorama amplo da pesquisa em biblioteca escolar no Brasil, cobrindo um período de 37 anos (entre 1975 e 2011), possibilitando perceber suas características, sua relação com o conhecimento da área como um todo e as tendências que marcam seu desenvolvimento. São 31 dissertações de mestrado, sete teses de doutorado, 22 trabalhos de eventos e 10 artigos de periódicos. (CAMPELLO, 2013, p. 145)

A produção científica, gerada principalmente após a promulgação da Lei 12.244/10, é de fundamental importância, pois, entende-se que, como na Lei da Ação e Reação, o bibliotecário escolar, na medida em que se torna conhecedor do universo pedagógico, faz com que este se torne também conhecedor do fazer biblioteconômico, para que sempre haja favorecimentos aos usuários e também, em grande medida, aos financiadores que colhem os frutos de um trabalho feito em parceria promovendo diminuição nos custos e efetivo aproveitamento dos investimentos.

O quadro apresentado pelo estudo acima citado é bastante mais otimista que aquele apresentado em 1983 na fala de Edson Nery da Fonseca, mas os pesquisadores ainda salientam a necessidade e urgência de mais estudos e melhor fundamentados acerca das ações dos bibliotecários escolares e das unidades de informação dentro do ambiente escolar:

Consideramos que este foi o primeiro passo para estimular uma ação coletiva mais consistente e mais ampla, no sentido de tender a maior internacionalização e interdisciplinaridade, garantindo que a pesquisa da área esteja comprometida com a qualidade que se espera de trabalhos que possam realmente contribuir para o aperfeiçoamento das bibliotecas escolares no país. Investigações mais detalhadas serão necessárias para refinar a compreensão obtida com o presente estudo e podem aprofundar os aspectos aqui analisados, além de estudos que possibilitem conhecer melhor o perfil dos pesquisadores (área de formação, titulação acadêmica, instituição, etc.), as características do financiamento das pesquisas, o padrão de citação e outros. (CAMPELLO, 2013, p. 147-148)

Ou seja, é necessário que o profissional bibliotecário esteja munido de suas ferramentas profissionais, conhecedor de suas obrigações desempenhe bem o seu papel social e que contribua para o desenvolvimento educacional brasileiro, principalmente atendendo novas demandas informacionais, como as geradas pela Lei 10.639/03, entre outras de mesma proporção profissional, que evidenciam sua importância dentro do universo escolar.



Análise dos resultados

É importante observar que a segunda parte desta pesquisa: elaboração a aplicação de questionário, no momento do envio deste artigo, ainda estava em desenvolvimento, por isso vamos analisar os resultados referentes às leituras feitas através das fontes e dados pesquisados nas bases já mencionadas.

Foi possível perceber que o ambiente escolar, nas últimas décadas, encontra-se diante de mudanças e melhorias, principalmente através de ações governamentais direcionadas aos materiais didáticos, pedagógicos e também lúdicos voltados ao universo escolar, por isso é que o ambiente educacional é terreno fértil para experimentos que envolvam o fazer biblioteconômico relacionado às ações pedagógicas para implementação da referidas melhorias no universo escolar.

Toda a literatura disponível orienta para o posicionamento pedagógico do profissional bibliotecário, principalmente no que se refere à busca de parcerias junto aos outros profissionais da educação presentes no ambiente escolar.

Sabendo que os profissionais bibliotecários são especialistas na seleção, organização e disseminação da informação, percebeu-se que são profissionais indispensáveis no trabalho conjunto com os educadores no sentido de propagar e promover ações informacionais e educativas para se fazer cumprir as diretrizes da Lei 10.639/03.

Portanto, entende-se que a obrigatoriedade da existência de bibliotecas escolares, geridas por profissionais habilitados (LEI 12.244/10), amplifica as possibilidades do fazer biblioteconômico no processo de implementação da Lei 10.639/03 – lei voltada aos universos pedagógico e social -, já que a presença de profissional da informação no ambiente escolar corrobora para o desenvolvimento de novas práticas e busca por melhores resultados no acesso, seleção e disseminação da informação.

Por conta da variedade de elementos que surgem em torno das modificações promovidas pela Lei 10.639/03 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é que, em benefício do universo escolar, os bibliotecários dispõem de diversos instrumentos que os capacitam e habilitam a deixar a marca do saber biblioteconômico na cooperação com saber pedagógico dentro do universo escolar.

Torna-se evidente que as diversas ações sócio-políticas das últimas décadas, refletem positivamente no avanço da utilização de bibliotecas escolares pelo maior número de usuários possível, principalmente no ambiente escolar.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A literatura mais atual sobre o tema, e que vem produzindo inúmeros estudos defende que se faz necessário a presença do Bibliotecário, do saber biblioteconômico, no desenvolvimento das unidades informacionais no espaço escolar, como evidenciam os estudos coordenados por Campello:

Há, portanto, um corpo de conhecimentos em expansão sobre biblioteca escolar que pode ajudar a entender melhor as questões que envolvem o tema e a sustentar uma prática baseada em evidências, levando a ações mais consistentes e duradouras. (CAMPELLO, 2013, p.126)

Por conta dessas especificidades, necessidades mais abstratas e subjetivas aparecem diante do profissional de biblioteca escolar que tem que adentrar por variados campos próprios do ambiente educacional:

Assim, a ampliação do papel educativo do bibliotecário, que ocorreu de maneira constante em países desenvolvidos, ensejou a realização de pesquisas que, por sua vez, ajudaram a aperfeiçoar as práticas pedagógicas desse profissional. Paralelamente ao amadurecimento da profissão, que já contava com a estrutura de formação profissional estabelecida em bases universitárias, as ações dos bibliotecários se tornaram teoricamente mais sólidas. (CAMPELLO, 2009, p. 32)

Na obra em que se destaca a citação acima, Campello esclarece as bases teóricas do letramento informacional na biblioteconomia, que evidencia o bibliotecário como educador.

Há muito as questões referentes ao papel pedagógico dos profissionais das bibliotecas são levantadas como apontam os estudos bastante recentes: “[...] a mediação da informação se constitui como um processo de fluxo e refluxo dos processos culturais, de maneira a contribuir com a fixação do adquirido, bem como potencializando ações transformadoras”. (VALDEZ, p.14 APUD Sanches e Rio (2010, p. 112)), e esta mediação deve ser promovida dentro do ambiente da biblioteca, com acervo constituído, organizado, desenvolvido dentro das técnicas próprias da biblioteconomia para o bem da organização e disseminação da informação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da forma como foi percebida nas fontes pesquisadas, as diretrizes das leis avaliadas, quando de fato sedimentadas nas escolas brasileiras, devem contribuir também para o fortalecimento da visibilidade do profissional bibliotecário no ambiente escolar, ainda bastante enfraquecida nas unidades educacionais brasileiras, tanto do setor privado quanto público, já que segundo os estudos apontados em Campello, et all, 2013, os profissionais das unidades de informação e os demais pertencentes ao



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

corpo pedagógico ainda possuem muitas dificuldades de entrosamento, trocas e produção que comprometem o desenvolvimento das bibliotecas escolares:

[...] as principais conclusões explicitam a importância percebida, mas a pouca efetivação do trabalho integrado entre bibliotecário e professor, tendo como principais motivos a falta de preparo, durante sua formação, dos profissionais (bibliotecário e professor) para o desenvolvimento de um trabalho conjunto; e a falta de condições de trabalho (dupla jornada dos professores, bibliotecas sem bibliotecários, multiplicidade de atribuições, falta de tempo, etc.) para implementação desta prática. (CAMPELLO, et all, 2013, p. 133)

No entanto as questões de relacionamento e entrosamento entre os bibliotecários escolares e demais profissionais da educação, tendem a ser fortalecidas principalmente pela implementação das duas leis analisadas, já que em todos os atuais estudos da produção especializada, percebe-se que o saber biblioteconômico pode contribuir de forma a aprimorar o saber pedagógico, deixando de parecer que o bibliotecário escolar seja somente aquele personagem que pode encontrar o que o usuário precisa deixando tudo organizado para que o saber pedagógico possa usufruir melhor do material disponível.

Cabe ao profissional bibliotecário exigir seu lugar no rumo dessas mudanças, principalmente no uso de suas atividades enquanto organizador e disseminador de informações.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcia Angela da S. ...et all (orgs.). **Educação e diversidade**: estudos e pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009 Vários autores – dois volumes

CAMPELLO, B. **Letramento Informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. BH: Autêntica, 2009.

CAMPELLO, B. **Biblioteca escolar**: conhecimentos que sustentam a prática. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CAMPELLO, B; et all. Pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte In: **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p.123-156, mai./ago., 2013. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p123

FONSECA, E.N. **A biblioteca escolar e a crise da educação**. São Paulo: Pioneira, 1983. (Manuais de estudo).

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. – 7. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7ª. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

MAROTO, Lúcia Helena. **Biblioteca escolar**, eis a questão!: Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional. Coordenação de Estudos e Pesquisas Inovadoras na Graduação. **Cadernos Desafios na implementação da Lei 10.639/03** / organizadores: André Marega Pinhel...et al; [coordenação editorial: Maria Amélia Sabbag Zainko];. – Curitiba : UFPR, 2013.

Sites pesquisados:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm

<http://www.scielo.br/?lng=pt>

<http://gebe.eci.ufmg.br/>

<http://libes.eci.ufmg.br/>

<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

<http://revista.ibict.br/ciinf>